

Frédéric Vidal

por Nicolau Pessanha Gomes

Como surgiu a ideia do livro ‘A rua. Espaço, tempo e sociabilidade’ organizado juntamente com Graça Índias Cordeiro?

Esse livro é o principal resultado, não o único, de um projeto coordenado entre 2005 e 2008 pela antropóloga Graça Índias Cordeiro, intitulado «*A cidade e a rua: uma aproximação etnográfica à vida urbana*». Foi um projeto bastante original que tinha por objetivo juntar vários investigadores com percursos próprios e oriundos de diversos campos disciplinares (sociologia, antropologia, história, arquitetura também) em torno de uma única preocupação: observar e analisar a vida urbana à escala da rua. De início, não se tinha um objeto de investigação claramente definido. Grande parte das análises fazia uma descrição fina e complexa de toda uma série de interações sociais na cidade. E o que se buscou fazer foi tornar convergentes, em torno da questão da rua, essas diferentes experiências analíticas. O livro, finalmente, resultou de um colóquio que organizamos no ISCTE-IUL, para o qual foram convidados professores não envolvidos diretamente com o projeto: os historiadores Maurizio Gribaudi e Yves Lequin, os antropólogos Tim Sieber, Joan J. Pujadas e Michel Agier.

Quais os aportes teóricos deste trabalho ?

Havia uma linha que seguíamos que era, mais ou menos, a da antropologia urbana, influenciada pelos autores que costumamos designar “Escola de Chicago”: uma visão muito concreta, empírica, da cidade, baseada na observação da vida urbana. Tal linha já vinha sendo seguida em Portugal, particularmente com os estudos de Graça Índias Cordeiro. Eu cheguei a esse universo um pouco mais tarde, com uma história urbana muito próxima da Antropologia, das Ciências Sociais em geral, tanto pela seleção dos objetos quanto pela escala de observação, priorizando o bairro e a rua.

A rua foi então pensada enquanto janela de observação, mas também ferramenta metodológica para aprofundar certos aspetos menos valorizados por estudos que tinham privilegiado o quadro e a escala do bairro. Essas preocupações metodológicas têm ocupado um lugar importante na história urbana, onde a

análise de fontes que são muitas vezes o produto do discurso do poder (administrativo, cultural, político, econômico) dificulta a construção de uma visão mais fina sobre a vida urbana. A rua, portanto, permite desconstruir sugestões preestabelecidas, indo além daquilo que os bairros podem oferecer aos pesquisadores.

Poderia falar um pouco mais do seu artigo “A rua como lugar de referência – identificando domicílios em Lisboa no século XIX”?

Nesse artigo, tento desmistificar a ideia, hoje bastante naturalizada, de que as ruas representam o modo ideal de representar e administrar a vida nas cidades, pois tal concepção foi historicamente construída e tem suas raízes no século XVIII, quando as ruas passam a ser vistas como um artefato útil à gestão da ordem pública, tornando-se a escala, por excelência, da boa administração da urbe. Com base nas variadas fontes de que fiz uso – literatura, roteiros publicados por volta do século XIX, entre outras – tentei reconstruir analiticamente esse processo, que, aliás, foi marcado por muitas resistências.

Minha conclusão é que, até o final do século XIX, havia vários sistemas de identificação do espaço: uns administrativos e outros decorrentes das interações entre os residentes dos lugares (igrejas, largos, fontes públicas...). Ao reconstruir esse percurso, tive como objetivo demonstrar que a rua é um espaço de tensa mediação entre vários tipos de apreensão da vida urbana.

A dimensão do conflito é particularmente saliente quando se trata de introduzir uma nova ordem espacial, no contexto das reformas administrativas liberais do século XIX. Nos bairros populares de Lisboa (Bica, Alfama) existia, já no século XIX, uma identidade muito forte. Eram bairros densamente povoados, que não correspondiam a uma realidade administrativa. As freguesias civis foram criadas nos anos 30 do século XIX, mas não correspondiam exatamente a esses bairros. Na periferia da cidade, em Benfica ou em Alcântara, por outro lado, existe maior superposição entre o “espaço do cotidiano” (onde se constroem as identidades), e o espaço administrativo. Enfim, são modos de relação com o espaço que se vão construindo ao longo do tempo e em função da história de cada lugar. Dependem das vivências, da maneira como as pessoas vivem ali.

Em um dos últimos artigos do livro, o historiador Yves Lequin sublinha a originalidade, ou pelo menos a aproximação não muito habitual, que história e etnografia mantiveram nessa pesquisa. Poderia comentar tal afirmação?

O meu comentário será provavelmente diferente do comentário que Graça ou outro antropólogo faria. Penso que a relação entre a história e a etnografia nessa pesquisa tem a ver com a abordagem do espaço na vida cotidiana. Enfim, tentamos criar categorias através da observação, o que é bastante distinto de se chegar à pesquisa com categorias pré-estabelecidas (o mundo operário, a cidade industrial etc). Não existem categorias que se impõem por si mesmas; elas se constroem e vão sendo igualmente desconstruídas por quem as mobiliza.

No caso dessa pesquisa, a aproximação entre historiadores e etnógrafos foi muito facilitada pelo fato de termos leituras e interesses em comum, algo que não passou especificamente pelas tradições e protocolos disciplinares, mas pelo o tipo de aproximação com a cidade – uma aproximação que privilegiou claramente o cotidiano.

A etnografia permite resgatar a cidade que está “na cabeça das pessoas” que ali vivem. Você, como historiador, pretendeu fazer o mesmo com personagens que, entretanto, já não se encontram entre nós...

Obviamente que o interesse do historiador em ler etnografias e trabalhar com antropólogos é também o de repensar certos objetos. A história é uma disciplina mais conservadora no que diz respeito à sua metodologia; está limitada às fontes históricas, nas quais é sempre possível encontrar novos documentos, mas dentro de certos limites. Penso que os grandes saltos, no que diz respeito à produção de novos questionamentos e de novas abordagens no âmbito dessa disciplina, vêm de cruzamentos com a geografia, com a sociologia, ou com a antropologia.

Pessoalmente trabalhei com muitos documentos administrativos, sem esquecer que tais documentos não traduzem apenas o ponto de vista do “poder”, algo compreendido como acima da sociedade. Porque mesmo as instâncias de administração e governo são compostas por pessoas que compartilham da experiência urbana, vivem também a cidade.

O meu percurso de aproximação com as Ciências Sociais veio do fato que as pessoas que tinham uma visão interessante sobre a cidade do passado eram precisamente antropólogos ou sociólogos. Aliás, uma parte significativa da história urbana que foi feita em Portugal por representantes destas disciplinas.

O que você poderia dizer sobre as cidades brasileiras?

Estive várias vezes no Brasil, como professor visitante e como conferencista em alguns eventos acadêmicos. Não desenvolvi estudos sistemáticos durante os três meses que permaneci no Rio de Janeiro, pois o trabalho do historiador requer prazos mais longos. No grupo ao qual pertenci, os intercâmbios com cientistas sociais brasileiros fizeram-se sobretudo por meio da figura de Gilberto Velho, que acompanhou de muito perto o nosso projeto.

De uma maneira mais pessoal, penso que as cidades brasileiras, um pouco como as cidades americanas, pertencem a outra realidade urbana que não a europeia, são de «outro mundo», têm uma história muito própria. As questões subjacentes ao trabalho que desenvolvíamos estão ligadas ao tema da centralidade urbana, da transformação da cidade como espaço simbólico de poder, das relações entre bairros. Todas essas questões ganham um nível de complexidade suplementar num país como o Brasil. Para conduzir uma investigação em ruas brasileiras será preciso desenvolver uma abordagem diferente. As favelas, por exemplo, não são espaços inteiramente informais, existe ali um certo grau de formalidade que, porém, não as torna comparáveis aos bairros populares lisboetas, pois o Rio de Janeiro e Lisboa são cidades que conheceram evoluções muito específicas.

Do seu ponto de vista, qual seria a contribuição de Michel de Certeau aos estudos da cidade e à sociologia urbana em geral?

É preciso pensar a relação entre as representações e as práticas. No meu entender, o importante é tomar a descrição não apenas como imagens, como representações, mas também – e sobretudo – como uma certa prática da cidade. É por isso que é interessante buscar a obra de Certeau sobre o cotidiano e a dimensão da adaptação, própria à bricolagem realizada pelos indivíduos.

Penso ser necessário reintroduzir a questão da história das nossas disciplinas como o fez o sociólogo francês Christian Topalov, estudioso da Escola de Chicago

e de outras correntes da sociologia urbana, pois tal reintrodução permite desconstruir uma série de representações e de conceitos que estão muito enraizados no nosso pensamento. São concepções que influenciam as nossas práticas científicas justamente porque somos, simultaneamente, cientistas sociais e urbanistas, habitantes da cidade. Isso pode parecer óbvio, mas não é.

Topalov escreveu, certa vez, sobre a história dos censos, isto é, sobre o debate que antecedeu a transformação do indivíduo em unidade de medição da realidade urbana – um longo debate que visava saber se ia ser o indivíduo, ou outra unidade qualquer, como a família. Esse tipo de metodologia me foi muito útil e me levou a reconstruir todo o debate sobre a história da rua enquanto categoria de percepção e de ação, nomeadamente a partir da história de práticas administrativas (história dos correios).

É preciso buscar as categorias a partir das quais se faz nossa experiência de cidade. O interessante em pesquisas desse tipo é o processo de reconstrução do espaço a partir dos atores, abrindo mão de uma definição *a priori* de cidade e construindo tal definição com base no cotidiano daqueles que nela *vivem*. A isso se agregam questões referidas a diferentes temporalidades: no século XIX dominou a questão da modernização, da circulação, da chegada dos caminhos de ferro, etc. Ao mesmo tempo, permaneceu uma temporalidade muito mais lenta, dependente das interações individuais e das relações de vizinhança... É interessante observar os conflitos entre essas diferentes temporalidades e, em alguns casos, a convivência entre elas.

O que significa a afirmação “*a cidade é sempre de alguém*”, proferida pelo geógrafo Marcel Roncayolo?

Significa que há sempre um olhar subjetivo sobre a cidade, que pode ser o do administrador, do governante, do turista ou do comerciante. Existe sempre uma dimensão subjetiva. A cidade não existe em si; e eu, como historiador, tento reconstruir essas vivências urbanas num contexto processual. Dizendo de outro modo, existe sempre um olhar individualizado sobre a cidade.

As categorias que nós formamos são categorias históricas, sujeitas a modificações. Por vezes existe uma rua tão famosa que acaba, no campo das representações, tomando o lugar do bairro no qual está

situada. O que essa flexibilidade aporta no âmbito de uma teoria das dominações?

O importante é não assumir que existe um discurso mais legítimo ou correto, seja o do transeunte, do habitante, do administrador, ou do cientista social. O interessante é analisar esses discursos reflexivamente, fazer um trabalho de reconstituição desse jogo de nomeações. Essa dimensão da reflexividade está na base de um projeto internacional em que Graça e eu participamos logo a seguir ao projeto da Rua. O objetivo era reconstituir historicamente os usos de categorias (a rua, o bairro, a freguesia...) na linguagem comum, na linguagem administrativa, observando como essas categorias designam objetos diferentes em função do tempo, mas também em função das situações¹.

Você gostaria de falar algo mais sobre o seu trabalho, novas pesquisas, futuras visitas ao Brasil... quem sabe?

Não tenho estadia no Brasil prevista nos próximos tempos infelizmente. Desde alguns anos, trabalho sobre a história do turismo em Portugal. Seguindo uma linha muito presente na historiografia americana (Catherine Cocks), interrogo como o turismo tem contribuído para “fabricar” uma ideia de cidade mas também de intervenção pública em contexto urbano. Acabei recentemente um texto sobre os contextos sociais e culturais da emergência de uma ação pública em matéria de turismo em Portugal durante as primeiras décadas do século XX.

¹ Ver: Christian TOPALOV, Stella BRESCIANI, Laurent COUDROY DE LILLE, Hélène Rivière D’ARC (org.), *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*, São Paulo, Romano Guerra Editora, 2014.